



PROJETO DE LEI Nº 053, DE 17 DE JULHO DE 2025

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE
FEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. É instituído o benefício do Vale Feira, de participação facultativa, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. São beneficiários do Vale Feira previsto nesta Lei:

- I – os servidores titulares de cargos efetivos, comissionados e de contratos temporários;
- II – os empregados públicos, regidos pela CLT, inclusive os estabilizados pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e
- III – os conselheiros tutelares.

Art. 2º. O benefício do Vale Feira se destina, exclusivamente, à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar e da agroindústria, cadastrados perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Produção Animal e Obras do Interior, e comercializados junto à Feira Municipal.

Art. 3º. O Vale Feira será fornecido através de empresa especializada, ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a firmar contrato com pessoa jurídica dessa natureza, observadas as normas relativas à licitação.

Art. 4º. O valor mensal do Vale Feira será de cinquenta reais (R\$ 50,00) e a participação do beneficiário, mediante desconto em folha de pagamento, no valor de cinco reais (R\$ 5,00).

Parágrafo único. O valor do Vale Feira Livre somente ficará disponível para o uso de cada servidor por período estabelecido em Decreto, após o período estabelecido, o valor inutilizado será estornado automaticamente para o Município de Nova Esperança do Sul.



Art. 5º. O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos beneficiários, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Art. 6º. Será excluído do recebimento do Vale Feira, o servidor:

- I - em gozo de licença interesse;
- II - licenciado para prestação de Serviço Militar;
- III - licenciado para concorrer a cargo eletivo e/ou exercer mandato eletivo que importe em licenciamento do cargo;
- IV - com falta não justificada;
- V - suspenso sem remuneração.

Art. 7º. O Vale Feira será concedido uma única vez em caso de acúmulo de cargo, emprego ou função pública.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sul/RS.

IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 053, DE 17 DE JULHO DE 2025

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE
FEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Senhora Presidente,
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,**

Encaminho a Vossas Excelências, para análise e apreciação, o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a concessão do Vale Feira e dá outras providências.

A concessão do Vale Feira aos servidores públicos municipais, com destinação exclusiva à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar e da agroindústria local, comercializados na Feira Municipal, representa uma política pública de caráter social, econômico e alimentar, com impactos positivos tanto para o funcionalismo público quanto para o desenvolvimento sustentável do município.

Vale ressaltar que essa iniciativa promove a valorização da agricultura familiar, o fomento à economia local, a promoção da segurança alimentar e nutricional, a valorização do servidor público, a sustentabilidade e o consumo responsável, o que traz diversos benefícios para o Município e para a comunidade em geral.

Frise-se que a implementação do Vale Feira está em conformidade com diretrizes previstas em políticas públicas nacionais de apoio à agricultura familiar, segurança alimentar e desenvolvimento local, e com princípios da administração pública voltados ao interesse coletivo, à eficiência e à promoção da dignidade do trabalhador.



Com isso, resta plenamente justificada a importância da implementação do objetivo deste projeto de lei, que trará benefícios para toda a coletividade, gerando incentivo e desenvolvimento local.

Sendo assim, na expectativa de aprovação da presente mensagem, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Pelo exposto acima, rogamos a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei por essa Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de julho de 2025.

IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR

Prefeito Municipal